

MARINHA DO BRASIL
CAPITANIA FLUVIAL DA AMAZÔNIA OCIDENTAL

Manaus, AM, na data da assinatura.

PARECER DE INTERFERÊNCIA PRÉVIA (PIP)

A Autoridade Marítima, em relação à segurança da navegação e ao ordenamento do espaço aquaviário, **NADA TEM A OPOR** à obra requerida. O presente parecer não implica em autorização ou aval à obra pretendida por não ser objeto da competência da MB, nem exime o requerente do cumprimento de exigência de outros órgãos, nas esferas federal, estadual e municipal, prevista na legislação em vigor.

Este Parecer tem caráter **DEFINITIVO**, considerando a possibilidade de alteração futura da posição ou a sua retirada do local da obra, prevista no item **2.10** da NORMAM-303/DPC, em face da necessidade de reordenamento do espaço aquaviário ou da segurança da navegação.

NOTA: Caso tenha sido obtido parecer favorável, o requerente deverá:

- 1) informar o início e término dos serviços à CP/DL/AG, para avaliação quanto a divulgação em Avisos aos Navegantes e/ou Avisos-Rádio Náuticos. Ressalta-se que somente as obras sob e sobre águas em andamento, localizadas em áreas cartografadas pela DHN e com dimensões superiores a 20m, serão objeto de divulgação em Avisos Rádio Náuticos e/ou Avisos aos Navegantes; e
- 2) apresentar na CP/DL/AG após sessenta dias do término da obra, a PFS em mídia digital georreferenciada em relação à carta náutica, em formato compatível com os sistemas CAD (DXF ou DWG), exclusivamente para as obras com dimensões superiores a 20m, conforme as instruções constantes do anexo 1-A. A PFS com a trajetória dos cabos ou dutos submarinos sob o corpo d'água, deverá conter as coordenadas dos pontos junto às margens e dos pontos de inflexão, se for o caso.
- 3) após a instalação dos cabos submarinos, a empresa responsável pelos cabos deverá realizar inspeções periódicas em intervalos não superiores a um ano. Após a inspeção, a CP/DL/AG da jurisdição deverá ser informada sobre quaisquer condições inseguranças ou observações pertinentes
- 4) recomendações adicionais para as empresas quanto a elaboração dos projetos de instalações de cabos submarinos:
 - I) ampliar a diversidade geográfica dos pontos de conexão, dos cabos submarinos em terra;
 - II) aumentar o lançamento de cabos alternativos e sistemas redundantes;
 - III) realizar a instalação de sensores nos pontos de conexão, a fim de alertar eventuais ameaças à integridade física dos cabos submarinos;
 - IV) realizar instalação de boias transmissoras e/ou outros sensores subaquáticos nos cabos submarinos, em locais a serem definidos por especialistas, com capacidade de transmitir sinais via ondas de rádio para estações em terra nas proximidades, a fim de permitir que uma eventual ruptura de um desses cabos seja detectada imediatamente;
 - V) manter planilha de controle atualizada de seus cabos submarinos instalados. Deverão, ainda, encaminhar, a cada seis meses, a planilha atualizada para as CP/DL/AG de jurisdição, contendo a descrição de todos os cabos instalados, dos serviços, reparos e/ou outras medidas preventivas de manutenção realizadas; e
 - VI) descrever outras possíveis medidas de segurança para a proteção desses cabos.
- 5) A obra deverá ser concluída no prazo de quatro anos a partir deste parecer, devendo ser observado o estabelecido no item 1.1 do Capítulo 1 da NORMAM-303/DPC.

Eu, _____, CPF/CNPJ: _____, Identidade nº _____ Órgão expedidor _____ residente: _____ CEP: _____ - _____ Tel (____) _____ - _____ e-mail: _____, Vem requer a Vossa Senhoria a emissão de Parecer para realização da: **LANÇAMENTO DE CABOS E DUTOS SUBMARINOS OU ESTRUTURAS SIMILARES**

(O NOME DA OBRA)

Nome da obra pretendida

Coordenadas geográficas: **LAT** ° ' " **S** / **LONG** ° ' " **W**, de acordo com o item **2.10** da NORMAM-303/DPC.

Nestes termos, pede deferimento.

_____, ____/____/____.
(local) (dia) (mês) (ano)

(Assinatura do Requerente)

OBS. 1 - As CP/DL/AG deverão postar no **VERSO** do presente requerimento todas as exigências que porventura tenham sido apontadas durante o processo e discriminar no espaço destinado ao despacho se o parecer é provisório ou definitivo;

2 - A emissão do **PARECER FINAL** da Autoridade Marítima estará condicionada ao cumprimento das exigências por parte do interessado junto à CP/DL/AG de origem do processo da obra; e

3 - Deverá ser apensada ao presente requerimento toda a documentação exigida na presente norma afeta a obra pretendida.

NORMAM-303/DPC